

HANNAH ARENDT

ORIGENS DO TOTALITARISMO

Tradução

Roberto Raposo



Copyright © 1973, 1968, 1966, 1958, 1951, 1949 by Hannah Arendt
Copyright renovado 1979 by Mary McCarthy West
Publicado mediante acordo com Harcourt Brace Jovanovich, Inc.

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Título original

The origins of totalitarianism

Capa

Jeff Fisher

Preparação

Mário Vilela

Revisão

Juliane Kaori

Larissa Lino Barbosa

Atualização ortográfica

Verba Editorial

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Arendt, Hannah, 1906-1975.

Origens do totalitarismo : Hannah Arendt; tradução
Roberto Raposo. — São Paulo : Companhia das Letras, 2012.

Título original: The origins of totalitarianism.

ISBN 978-85-359-2204-2

1. Antissemitismo. 2. Imperialismo. 3. Totalitarismo.

I. Título.

12-13503

CDD-320.53

Índice para catálogo sistemático:

1. Totalitarismo : Ciências políticas 320.53

2012

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

SUMÁRIO

Prefácio à primeira edição 11

PARTE I — ANTISSEMITISMO

Prefácio 17

1. O antissemitismo como uma ofensa ao bom senso 25
2. Os judeus, o Estado-nação e o nascimento do antissemitismo 36
3. Os judeus e a sociedade 93
4. O Caso Dreyfus 139

PARTE II — IMPERIALISMO

Prefácio 181

1. A emancipação política da burguesia 189
2. O pensamento racial antes do racismo 233
3. Raça e burocracia 267
4. O imperialismo continental:
os movimentos de unificação 314
5. O declínio do Estado-nação e
o fim dos direitos do homem 369

PARTE III — TOTALITARISMO

Prefácio 415

1. Uma sociedade sem classes 434
2. O movimento totalitário 474
3. O totalitarismo no poder 528
4. Ideologia e terror: uma nova forma de governo 611

Notas	641
Bibliografía	771
Índice remissivo	805
Sobre a autora	827

Parte I

ANTISSEMITISMO

Este é um século extraordinário, que começa com a Revolução e termina com o Caso Dreyfus. Talvez ele venha a ser conhecido como o século da escória.

Roger Martin du Gard

1. O ANTISSEMITISMO COMO UMA OFENSA AO BOM SENSO

Muitos ainda julgam que a ideologia nazista girou em torno do antissemitismo por acaso, e que desse acaso nasceu a política que inflexivelmente visou perseguir e, finalmente, exterminar os judeus. O horror do mundo diante do resultado derradeiro, e, mais ainda, diante do seu efeito, constituído pelos sobreviventes sem lar e sem raízes, deu à “questão judaica” a proeminência que ela passou a ocupar na vida política diária. O que os nazistas apresentaram como sua principal descoberta — o papel dos judeus na política mundial — e o que propagavam como principal alvo — a perseguição dos judeus no mundo inteiro — foi considerado pela opinião pública mero pretexto, interessante truque demagógico para conquistar as massas.

É bem compreensível que não se tenha levado a sério o que os próprios nazistas diziam. Provavelmente não existe aspecto da história contemporânea mais irritante e mais mistificador do que o fato de, entre tantas questões políticas vitais, ter cabido ao problema judaico, aparentemente insignificante e sem importância, a duvidosa honra de pôr em movimento toda uma máquina infernal. Tais discrepâncias entre a causa e o efeito constituem ultraje ao bom senso a tal ponto que as tentativas de explicar o antissemitismo parecem forçadas com o fito de salvar o equilíbrio mental dos que mantêm o senso de proporção e a esperança de conservar o juízo.

Uma dessas apressadas explicações identifica o antissemitismo com desenfreado nacionalismo e suas explosões de xenofobia. Mas, na verdade, o antissemitismo moderno crescia enquanto declinava o nacionalismo tradicional, tendo atingido seu clímax no momento em que o sistema europeu de Estados-nações, com seu precário equilíbrio de poder, entrara em colapso.

Os nazistas não eram meros nacionalistas. Sua propaganda

nacionalista era dirigida aos simpatizantes e não aos membros convictos do partido. Ao contrário, este jamais se permitiu perder de vista o alvo político supranacional. O “nacionalismo” nazista assemelhava-se à propaganda nacionalista da União Soviética, que também é usada apenas como repasto aos preconceitos das massas. Os nazistas sentiam genuíno desprezo, jamais abolido, pela estreiteza do nacionalismo e pelo provincianismo do Estado-nação. Repetiram muitas vezes que seu movimento, de âmbito internacional (como, aliás, é o movimento bolchevista), era mais importante para eles do que o Estado, o qual necessariamente estaria limitado a um território específico. E não só o período nazista mas os cinquenta anos anteriores da história antissemita dão prova contrária à identificação do antissemitismo com o nacionalismo. Os primeiros partidos antissemitas das últimas décadas do século XIX foram os primeiros a coligar-se em nível internacional. Desde o início, convocavam congressos internacionais, e preocupavam-se com a coordenação de atividades em escala internacional ou, pelo menos, intereuropeia.

Tendências gerais, como o declínio do Estado-nação coincidente com o crescimento do antissemitismo, não podem ser explicadas por uma única razão ou causa. Na maioria desses casos, o historiador depara com situação histórica complexa, na qual tem a liberdade (e isto quer dizer perplexidade) de isolar um determinado fator como correspondente ao “espírito da época”. Existem, porém, algumas regras gerais que são úteis. A principal delas é a definição, por Tocqueville (em *L'Ancien Régime et la Révolution*, livro II, capítulo 1), dos motivos do violento ódio das massas francesas contra a aristocracia no início da Revolução — ódio que levou Burke a observar que a Revolução se preocupava mais com “a condição de um cavalheiro” do que com a instituição de rei. Segundo Tocqueville, o povo francês passou a odiar os aristocratas no momento em que perderam o poder, porque essa rápida perda de poder não foi acompanhada de qualquer redução de suas fortunas. Enquanto os nobres dispunham de vastos poderes, eram não apenas tolerados mas respeitados. Ao perderem seus privilégios, e entre eles o privilégio de explorar e oprimir, o

povo descobriu que eles eram parasitas, sem qualquer função real na condução do país. Em outras palavras, nem a opressão nem a exploração em si chegam a constituir a causa de ressentimento: mas a riqueza sem função palpável é muito mais intolerável, porque ninguém pode compreender — e conseqüentemente aceitar — por que ela deve ser tolerada.

O antissemitismo alcançou o seu clímax quando os judeus haviam, de modo análogo, perdido as funções públicas e a influência, e quando nada lhes restava senão sua riqueza. Quando Hitler subiu ao poder, os bancos alemães, onde por mais de cem anos os judeus ocupavam posições-chave, já estavam quase *judenrein* — desjudaizados —, e os judeus na Alemanha, após longo e contínuo crescimento em posição social e em número, declinavam tão rapidamente que os estatísticos prediziam o seu desaparecimento em poucas décadas. É verdade que as estatísticas não indicam necessariamente processos históricos reais: mas é digno de nota que, para um estatístico, a perseguição e o extermínio dos judeus pelos nazistas pudessem parecer uma insensata aceleração de um processo que provavelmente ocorreria de qualquer modo, em termos da extinção do judaísmo alemão.

O mesmo é verdadeiro em quase todos os países da Europa ocidental. O Caso Dreyfus não ocorreu no Segundo Império, quando os judeus da França estavam no auge de sua prosperidade e influência, mas na Terceira República, quando eles já haviam quase desaparecido das posições importantes (embora não do cenário político). O antissemitismo austríaco tornou-se violento não sob o reinado de Metternich e Francisco José, mas na República austríaca após 1918, quando era perfeitamente óbvio que quase nenhum outro grupo havia sofrido tanta perda de influência e prestígio em consequência do desmembramento da monarquia dos Habsburgos quanto os judeus.

A perseguição de grupos impotentes, ou em processo de perder o poder, pode não constituir um espetáculo agradável, mas não decorre apenas da mesquinhez humana. O que faz com que os homens obedeçam ou tolerem o poder e, por outro lado, odeiem aqueles que dispõem da riqueza sem o poder é a ideia de

que o poder tem uma determinada função e certa utilidade geral. Até mesmo a exploração e a opressão podem levar a sociedade ao trabalho e ao estabelecimento de algum tipo de ordem. Só a riqueza sem o poder ou o distanciamento ativo do grupo que, embora poderoso, não exerce atividade política são considerados parasitas e revoltantes, porque nessas condições desaparecem os últimos laços que mantêm ligações entre os homens. A riqueza que não explora deixa de gerar até mesmo a relação existente entre o explorador e o explorado; o alheamento sem política indica a falta do menor interesse do opressor pelo oprimido.

Contudo, o declínio dos judeus na Europa ocidental e central forma apenas o pano de fundo para os eventos subsequentes, e explica tão pouco esses eventos como o fato de a aristocracia ter perdido o poder explicaria a Revolução Francesa. Conhecer essas regras gerais é importante, para que seja possível refutar as insinuações do aparente bom senso, segundo as quais o ódio violento ou a súbita rebelião são necessariamente decorrentes do exercício de forte poder e de abusos cometidos pelos que constituem o alvo do ódio, e que, conseqüentemente, o ódio organizado contra os judeus só pode ter surgido como reação contra sua importância e o seu poderio.

Mais séria parece outra argumentação: os judeus, por serem um grupo inteiramente impotente, ao serem envolvidos nos conflitos gerais e insolúveis da época, podiam facilmente ser acusados de responsabilidade por esses conflitos e apresentados como autores ocultos do mal. O melhor exemplo — e a melhor refutação — dessa explicação, que é tão grata ao coração de muitos liberais, está numa anedota contada após a Primeira Grande Guerra. Um antissemita alegava que os judeus haviam causado a guerra. A resposta foi: “Sim, os judeus e os ciclistas”. “Por que os ciclistas?”, pergunta um. “E por que os judeus?”, pergunta outro.

A teoria que apresenta os judeus como eterno bode expiatório não significa que o bode expiatório poderia também ser qualquer outro grupo? Essa teoria defende a total inocência da

vítima. Ela insinua não apenas que nenhum mal foi cometido mas, também, que nada foi feito pela vítima que a relacionasse com o assunto em questão. Contudo, quem tenta explicar por que um determinado bode expiatório se adapta tão bem a tal papel abandona nesse momento a teoria e envolve-se na pesquisa histórica. E então o chamado bode expiatório deixa de ser a vítima inocente a quem o mundo culpa por todos os seus pecados e através do qual deseja escapar ao castigo; torna-se um grupo entre outros grupos, todos igualmente envolvidos nos problemas do mundo. O fato de ter sido ou estar sendo vítima da injustiça e da crueldade não elimina a sua corresponsabilidade.

Até há pouco, a falta de lógica aparente na formulação da teoria do bode expiatório bastava para descartá-la como escapista. Mas o surgimento do terror como importante arma dos governos aumentou-lhe a credibilidade.

A diferença fundamental entre as ditaduras modernas e as tiranias do passado está no uso do terror não como meio de extermínio e amedrontamento dos oponentes, mas como instrumento corriqueiro para governar as massas perfeitamente obedientes. O terror, como o conhecemos hoje, ataca sem provocação preliminar, e suas vítimas são inocentes até mesmo do ponto de vista do perseguidor. Esse foi o caso da Alemanha nazista, quando a campanha de terror foi dirigida contra os judeus, isto é, contra pessoas cujas características comuns eram aleatórias e independentes da conduta individual específica. Na Rússia soviética a situação é mais confusa, já que o sistema bolchevista, ao contrário do nazista, nunca admitiu em teoria o uso de terror contra pessoas inocentes: tal afirmação, embora possa parecer hipócrita em vista de certas práticas, faz muita diferença. Por outro lado, a prática russa é mais “avançada” do que a nazista em um particular: a arbitrariedade do terror não é determinada por diferenças raciais, e a aplicação do terror segundo a procedência socioeconômica (de classe) do indivíduo foi abandonada há tempos, de sorte que qualquer pessoa na Rússia pode subitamente tornar-se vítima do terror policial. Não estamos interessados aqui na última consequência do exercício do

domínio pelo terror, que leva à situação na qual jamais ninguém, nem mesmo o executor, está livre do medo; em nosso contexto, tratamos apenas da arbitrariedade com que as vítimas podem ser escolhidas, e para isso é decisivo que sejam objetivamente inocentes, que sejam selecionadas sem que se atente para o que possam ou não ter feito.

À primeira vista, isso pode parecer confirmação tardia da velha teoria do bode expiatório, e é verdade que a vítima do terror moderno exhibe todas as características do bode expiatório: no sentido objetivo é absolutamente inocente, porque nada fez ou deixou de fazer que tenha alguma ligação com o seu destino.

Há, portanto, uma tentação de voltar à explicação que automaticamente tira toda a responsabilidade da vítima: ela parece corresponder à realidade em que nada nos impressiona mais do que a completa inocência do indivíduo tragado pela máquina do terror, e a sua completa incapacidade de mudar o destino pessoal. O terror, contudo, assume a simples forma do governo só no último estágio do seu desenvolvimento. O estabelecimento de um regime totalitário requer a apresentação do terror como instrumento necessário para a realização de uma ideologia específica, e essa ideologia deve obter a adesão de muitos, até mesmo da maioria, antes que o terror possa ser estabelecido. O que interessa ao historiador é que os judeus, antes de se tornarem as principais vítimas do terror moderno, constituíam o centro de interesse da ideologia nazista. Ora, uma ideologia que tem de persuadir e mobilizar as massas não pode escolher sua vítima arbitrariamente. Em outras palavras, se o número de pessoas que acreditam na veracidade de uma fraude tão evidente como os “Protocolos dos sábios do Sião” é bastante elevado para dar a essa fraude o foro do dogma de todo um movimento político, a tarefa do historiador já não consiste em descobrir a fraude, pois o fato de tantos acreditarem nela é mais importante do que a circunstância (historicamente secundária) de se tratar de uma fraude.

A explicação tipo bode expiatório escamoteia, portanto, a seriedade do antissemitismo e da importância das razões pelas

quais os judeus foram atirados ao centro dos acontecimentos. Igualmente disseminada é a doutrina do “eterno antissemitismo”, na qual o ódio aos judeus é apresentado como reação normal e natural, e que se manifesta com maior ou menor virulência segundo o desenrolar da história. Assim, as explosões do antissemitismo parecem não requerer explicação especial, como conseqüências “naturais” de um problema eterno. É perfeitamente natural que os antissemitas profissionais adotassem essa doutrina: é o melhor alibi possível para todos os horrores. Se é verdade que a humanidade tem insistido em assassinar judeus durante mais de 2 mil anos, então a matança de judeus é uma ocupação normal e até mesmo humana, e o ódio aos judeus fica justificado, sem necessitar de argumentos.

O aspecto mais surpreendente dessa premissa é o fato de haver sido adotada por muitos historiadores imparciais e até por um elevado número de judeus. Essa estranha coincidência torna a teoria perigosa e desconcertante. Em ambos os casos, seu escapismo é evidente: como os antissemitas desejam fugir à responsabilidade dos seus feitos, também os judeus, atacados e na defensiva, ainda mais naturalmente recusam, sob qualquer circunstância, discutir a sua parcela de responsabilidade. Contudo, as tendências escapistas dos apologistas oficiais baseiam-se em motivos mais importantes e menos racionais.

O aparecimento e o crescimento do antissemitismo moderno foram concomitantes e interligados à assimilação judaica, e ao processo de secularização e fenecimento dos antigos valores religiosos e espirituais do judaísmo. Vastas parcelas do povo judeu foram, ao mesmo tempo, ameaçadas externamente de extinção física e, internamente, de dissolução. Nessas condições, os judeus que se preocupavam com a sobrevivência do seu povo descobriram, num curioso e desesperado erro de interpretação, a ideia consoladora de que o antissemitismo, afinal de contas, podia ser um excelente meio de manter o povo unido, de sorte que na existência de antissemitismo “eterno” estaria a eterna garantia da existência judaica. Essa atitude decerto supersticiosa, relacionada com a fé em sua “eleição” por Deus e com a es-

perança messiânica, era fortalecida pelo real fato de ter sido a hostilidade cristã, para os judeus, autêntico fator que, durante muitos séculos, desempenhava o papel do poderoso agente preservador, espiritual e político. Os judeus confundem o moderno antissemitismo com o antigo ódio religioso antijudaico. Esse erro é compreensível: na sua assimilação, processada à margem do cristianismo, os judeus desconheciam-lhe o aspecto religioso e cultural. Enfrentando o cristianismo em declínio, os judeus podiam imaginar, em toda a inocência, que o antissemitismo correspondia a uma espécie de retrocesso, à medieval e anacrônica “Idade das Trevas”. A ignorância — ou a incompreensão do seu próprio passado — foi, em parte, responsável pela fatal subestimação dos perigos reais e sem precedentes que estavam por vir. Mas é preciso lembrar também que a inabilidade de análise política resultava da própria natureza da história judaica, história de um povo sem governo, sem país e sem idioma. A história judaica oferece extraordinário espetáculo de um povo, único nesse particular, que começou sua existência histórica a partir de um conceito bem definido da história e com a resolução quase consciente de realizar na terra um plano bem delimitado, e que depois, sem desistir dessa ideia, evitou qualquer ação política durante 2 mil anos. Em consequência, a história política do povo judeu tornou-se mais dependente de fatores imprevisíveis e acidentais do que a história de outras nações, de sorte que os judeus assumiam diversos papéis na sua atuação histórica, tropeçando em todos e não aceitando responsabilidade precípua por nenhum deles.

Após a catástrofe final, isto é, após a aniquilação quase completa dos judeus da Europa, a tese do antissemitismo eterno tornou-se mais perigosa do que nunca, pois ela poderia levar até à absolvição os mais tenebrosos criminosos entre os antissemitas. Longe de garantir a sobrevivência do povo judeu, o antissemitismo ameaçou-o claramente de extermínio. Contudo, essa explicação do antissemitismo, tal como a teoria do bode expiatório — e por motivos semelhantes —, sobreviveu ao confronto com a realidade, pois ela acentua a absoluta inocência das vítimas

do terror moderno, o que aparentemente é confirmado pelos fatos. Em comparação com a teoria do bode expiatório, ela tem até a vantagem de responder à incômoda questão “Por que os judeus e não outros?” de maneira simplória: eterna hostilidade.

É deveras notável que as doutrinas que ao menos *tentam* explicar o significado político do movimento antissemita neguem qualquer responsabilidade específica da parte dos judeus e se recusem a discutir o assunto nestes termos. Ao implicitamente *recusarem* abordar o *significado* da *conduta* humana, assemelham-se às modernas práticas e formas dos governos que, por meio do terror arbitrário, *liquidam* a própria *possibilidade* de ação humana. De certa forma, nos campos de extermínio nazistas os judeus eram assassinados de acordo com a explicação oferecida por essas doutrinas à razão do ódio: independentemente do que haviam feito ou deixado de fazer, independentemente de vício ou virtude pessoais. Além disso, os próprios assassinos, apenas seguindo ordens e orgulhosos de sua desapaixonada eficiência, assemelhavam-se sinistramente aos instrumentos “inocentes” de um ciclo inumano e impessoal de eventos, exatamente como os considerava a doutrina do eterno antissemitismo.

Esses denominadores comuns entre a teoria e a prática não indicam, por si sós, a verdade histórica, embora espelhem o caráter oportunista das opiniões popularmente propaladas, revelando e explicando por que elas são tão facilmente aceitáveis pela multidão. O historiador se interessa por elas enquanto são parte da história de que tratam, e na medida em que se interpõem no caminho de sua busca à verdade. Mas, sendo contemporâneo dos eventos, o historiador é tão sujeito ao poder persuasório dessas opiniões como qualquer outra pessoa. Para o historiador dos tempos modernos é especialmente importante ter cuidado com as opiniões geralmente aceitas, que dizem explicar tendências históricas, porque durante o último século foram elaboradas numerosas ideologias que pretendem ser as “chaves da história”, embora não passem de desesperados esforços de fugir à responsabilidade.

Platão, em sua luta contra os sofistas, descobriu que a “arte universal de encantar o espírito com argumentos” (*Fedro*, 261) nada tinha a ver com a verdade, mas só visava à conquista de opiniões, que são mutáveis por sua própria natureza e válidas somente “na hora do acordo e enquanto dure o acordo” (*Teeteto*, 172b). Descobriu também que a verdade ocupa uma posição muito instável no mundo, pois as opiniões — isto é, “o que pode pensar a multidão”, como escreveu — decorrem antes da persuasão do que da verdade (*Fedro*, 260). A diferença mais marcante entre os sofistas antigos e os modernos é simples: os antigos se satisfaziam com a vitória passageira do argumento à custa da verdade, enquanto os modernos querem uma vitória mais duradoura, mesmo que à custa da realidade. Em outras palavras, aqueles destruíam a dignidade do pensamento humano, enquanto estes destroem a dignidade da ação humana. O filósofo preocupava-se com os manipuladores da lógica, enquanto o historiador vê obstáculos nos modernos manipuladores dos fatos, que destroem a própria história e sua inteligibilidade, colocada em perigo sempre que os fatos deixam de ser considerados parte integrante do mundo passado e presente, para serem indevidamente usados a fim de demonstrar esta ou aquela opinião.

É certo que seria difícil encontrar o caminho no labirinto dos fatos desarticulados, se fossem abandonadas as opiniões e rejeitada a tradição. Contudo, essas perplexidades da historiografia são consequências ínfimas se forem consideradas as profundas transformações do nosso tempo e o seu efeito sobre as estruturas históricas do mundo ocidental. Dessas transformações resultou o desnudamento dos componentes, antes ocultos, de nossa história. Isso não significa que o que desabou na crise (talvez a mais profunda na história do Ocidente desde a queda do Império Romano) foi mera fachada que encobria esses componentes, embora não passassem de fachada muitas coisas que, há apenas algumas décadas, eram consideradas essenciais.

A simultaneidade entre o declínio do Estado-nação europeu e o crescimento de movimentos antissemitas, a coincidência entre a queda de uma Europa organizada em nações e o extermínio

dos judeus, preparado pela vitória do antissemitismo sobre todos os outros ismos que competiam na luta pela persuasão e conquista da opinião pública, têm de ser interpretadas como sério elemento no estudo da origem do antissemitismo. O antissemitismo moderno deve ser encarado dentro da estrutura geral do desenvolvimento do Estado-nação, enquanto, ao mesmo tempo, sua origem deve ser encontrada em certos aspectos da história judaica e nas funções especificamente judaicas, isto é, desempenhadas pelos judeus no decorrer dos últimos séculos. Se no estágio final da desintegração os *slogans* antissemitas constituíam o meio mais eficaz de inspirar grandes massas para levá-las à expansão imperialista e à destruição das velhas formas de governo, então a história da relação entre os judeus e o Estado deve conter indicações elementares para entender a hostilidade entre certas camadas da sociedade e os judeus. Trataremos disso no capítulo seguinte.

Se, além disso, a contínua expansão da ralé moderna — isto é, dos *déclassés* provenientes de todas as camadas — produziu líderes que, sem se preocuparem com o fato de serem ou não os judeus suficientemente importantes para se tornarem o foco de uma ideologia política, repetidamente viram neles a “chave da história” e a causa central de todos os males, então a história das relações entre os judeus e a sociedade deve conter indicações elementares para explicar a hostilidade entre a ralé e os judeus. Trataremos da relação entre os judeus e a sociedade no terceiro capítulo.

O quarto capítulo ocupa-se do Caso Dreyfus, que foi uma espécie de ensaio geral para o espetáculo do nosso próprio tempo. Analisamos o caso em todos os detalhes, dada a peculiar oportunidade que oferece de, num breve momento histórico, revelar as potencialidades do antissemitismo, até então ocultas, como importante arma política dentro da estrutura política do século XIX, e isto apesar da sua relativa sanidade.

Os três capítulos seguintes analisam, porém, apenas os elementos preparatórios, que chegaram ao estágio da completa realização quando a decadência do Estado-nação e o surgimento do imperialismo se destacaram concomitantemente no cenário político.